

# O problema da informação: considerações sobre a designação da área

*The information problem: considerations on designating the issue*

**Igor Soares Amorim**

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, Brasil; Professor substituto do curso de Biblioteconomia na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e Professor do curso de Biblioteconomia EaD da Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil.

E-mail: [igao.sa@gmail.com](mailto:igao.sa@gmail.com)

## Resumo

Bibliografia, biblioteconomia, documentação, organização do conhecimento, ciência da informação, dentre outras disciplinas, compartilham aspectos teóricos e práticos que tornam as fronteiras disciplinares imprecisas e dificultam a definição epistemológica de pesquisas. Para constatar essas imprecisões metodológicas, foi realizada uma análise semântica das definições de biblioteconomia, documentação e ciência da informação. A partir disso, foi discutida a noção de problema no contexto da ciência e refletido sobre o problema informacional. O problema informacional é considerado elemento comum entre as diferentes disciplinas, que o abordam a partir de suas especificidades. Propõe-se a noção de Área de Informação como forma de se referir ao conjunto de conhecimentos relativos ao problema informacional sem, no entanto, conformar uma unidade. A Área de Informação revela-se agregadora e viabiliza um solo epistemológico para fundamentação de pesquisas sobre os tópicos comuns às diversas disciplinas.

**Palavras-chave:** problema informacional; área de informação; epistemologia; Ciência da informação.

## Abstract

Bibliography, library science, documentation, knowledge organization, information science, among other disciplines, share theoretical and practical aspects which blur discipline boundaries and hinder the epistemological definition of their studies. The definitions of library science, documentation, and information science were semantically analyzed to find these methodological imprecisions. Then, we discuss the notion of problem within science and ponder the information one, a common element in the referred disciplines which address it according to their specificities. We propose the notion of Information Area to refer to a set of knowledge relating to the information problem without, however, conforming to a unit. This aggregating Information Area offers a epistemological soil to ground research on common topics among these several disciplines.

**Keywords:** information problem; information area; epistemology; Information sciences.

## 1. Introdução: o nó da informação

É comum a um pesquisador de indexação de assunto ou de mediação da informação estar incerto de onde localizar o solo epistemológico em que sua investigação se insere. Afinal, ao estudar as teorias e as técnicas da análise documentária, aterra-se na bibliografia, na biblioteconomia, na documentação, na ciência da informação ou na organização de documento? Ainda, sob olhar alargado, poder-se-ia incluir áreas como arquivologia, museologia e a nova ciência de dados.

Para algumas abordagens epistemológicas, pode ser um obstáculo essa situação de imprecisão sobre as coordenadas teóricas da pesquisa; para outras, porém, tal situação é comum, sobretudo no contexto das ciências humanas e sociais que apresentam fronteiras mais fluidas que as das ciências naturais (ao menos como estas tradicionalmente se apresentavam até meados do século XX).

Aparentemente, no mundo do trabalho a situação está mais sedimentada. Mesmo que haja arestas conceituais a serem talhadas, mais vale a entrega do produto ou a ação que a sua origem teórica. Portanto, a questão que trato aqui é de cunho teórico, epistemológico, e sem pretensões de alterar as práticas informacionais e/ou documentárias.

Assim, é relevante adentrar no campo epistêmico que se propôs a lidar com os problemas de informação. Desta maneira, a questão que guiará a reflexão nessas próximas páginas é a seguinte: como designar o conjunto de práticas e saberes constituídos em torno dos processos de guarda, organização e disseminação da informação?

Considero que há uma configuração nebulosa na definição do campo por conta de uma recorrente renovação nominal que nem sempre corresponde a mudanças significativas e que, por isso, tem justificativas frágeis. Ao longo da história das pesquisas e práticas informacionais, houve um pressuposto de que a alteração do nome da área ou disciplina aumentaria o capital científico, político e social de seus pesquisadores. Tal movimento é comum em diversos campos de conhecimento, todavia há na área de informação uma expectativa de transformação por meio de sua renomeação que por vezes não se cumpre. É o caso, por exemplo, das propostas de substituir o termo “documentação” pelo de “ciência da informação” em currículos e instituições. As refundações e renomeações são atos de ordenação dos enunciados não apenas sobre os problemas

teóricos e práticos, mas sobre o sentido político da informação e da cultura. Mais que reconfigurar as tarefas e ideias sobre a informação, tais atos buscam efeitos de poder, tanto na dimensão externa, com a ambição por recursos e reconhecimento social, como na dimensão interna, com a pretensão de organizar o campo sob uma nova roupagem e na busca pelo reconhecimento da comunidade da área. Nesse sentido, nas palavras de Foucault, o discurso não apenas traduz as disputas de poder, mas também é através dele que se luta (FOUCAULT, 1999).

Nesse bojo, a proposição deste ensaio não é de solucionar o empecilho conceitual, não é encontrar uma saída pelas portas da linguística ou da terminologia. Antes, pretendo colocar uma outra possibilidade para compreender os movimentos epistemológicos paralelos das renomeações e refundações do campo de estudo informacional. A filosofia de Gilles Deleuze (e Félix Guattari) fornece subsídios para abordar a dinâmica da área sem prevalência do enfoque linguístico ou terminológico, o que possibilita a referência aos estudos informacionais a partir de seus problemas científicos e teóricos. Com isso, será possível enxergar com mais lucidez o solo em que as práticas e conceitos informacionais são constituídos.

Para tanto, este ensaio retoma o fenômeno da designação, a fim de entender como se dá o processo de nomeação da área. Em seguida, elege três disciplinas correlatas para se avaliar essa imprecisão epistemológica a partir de suas definições. Então, adentra a noção de problema a fim de estabelecer o elemento comum entre as variáveis de estudos sobre a informação e, finalmente, discorre sobre o platô próprio do pensar-fazer a informação que viabiliza uma nova maneira de designar o conjunto de conceitos e práticas vinculados à informação: a “área de informação”.

## 2. As tramas da designação

A designação é o ato de atribuir um nome a uma realidade, dotando-a de significado através da linguagem, permitindo assim a construção de um universo significativo. A designação decorre do processo de categorização, como explica Biderman (2006, p. 35):

A atividade de nomear resulta do processo de categorização. Por sua vez, a categorização fundamenta-se na capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do homem. A esse processo segue-se o ato de nomear. Por essa razão a categorização é o processo em que se baseia a semântica de uma língua natural, por meio do qual o homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. (BIDERMAN, 2006, p. 35)

Por isso, a designação é correlata da classificação, especificamente, a classificação costuma anteceder a nomeação. Nesse sentido, a partir da identificação de semelhanças e diferenças dos referentes, a designação possibilita estruturar o conhecimento acerca do mundo, que adquire uma camada significativa. “É a partir da palavra que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem” (BIDERMAN, 1998, p. 88).

A designação é um processo pelo qual a linguagem conecta-se ao real e constrói o sentido, permitindo não apenas falar sobre o que existe, como também referir-se aos objetos reais. Fazendo alusão ao pensamento de Rancière, Guimarães (2019, p. 97) afirma, “A designação, como a significação em geral, constitui-se pela enunciação. Nesta medida a designação se dá na prática de linguagem e produz, incessantemente, uma partilha do real”.

A maior parte das palavras referem-se a conceitos e não a coisas da realidade física, o que reafirma a natureza abstrata da linguagem. O processo de categorização é subsequente ao próprio ato de cognição, isto é, da absorção de um ente material em uma imagem mental, um conceito. O processo de categorização é variável a cada pessoa, é dinâmico, por isso, os critérios de classificação são alteráveis, expansíveis, e adaptáveis às novidades materiais e intelectuais, bem como sofrem efeitos de disputas políticas. Além desses critérios, que fazem as categorias estarem sempre abertas a mudanças e ao poder, os referentes e os significados também são móveis e flexíveis. O processo de cognição e de classificação assume peculiaridades em função das distintas culturas.

Composto por um conceito (significado), significante e referente, o signo linguístico sofre alterações ao longo do tempo, podendo uma palavra envelhecer e deixar de existir ou ser substituída por outra (BIDERMAN, 1998). No contexto científico, a dinâmica é a mesma, os termos técnicos são desenvolvidos sob padrões léxico-gramaticais da cultura cientista e da comunidade que o engloba (GUTIÉRREZ RODELA, 1998). Nesse cenário, comumente novos termos são constituídos baseados em vocabulários já conhecidos, de forma que são reutilizadas palavras já existentes para criar novas ou para formar novos conceitos, por meio de derivação (pelo uso de prefixos, por exemplo multidisciplinaridade) e composição (por exemplo, bibliografia). É rotineiro também o empréstimo de vocábulos de outras línguas (como *machine learning*). A ressemantização refere-se à atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente (por exemplo, biblioteca no contexto da ciência da computação, que não se refere a reunião de livros em um mesmo local, mas a um conjunto de subprogramas utilizados na elaboração de um *software*). De acordo com Biderman (2006, p. 36), o processo ressemantização “evita a criação contínua de novas unidades até então inexistentes, fazendo-se economia de novas formas, o que expandiria *ad infinitum* o número de unidades diferentes do léxico”.

Cabe ainda lembrar que as ciências são paradigmáticas, o que traz implicações para os processos de designação. A escolha dos termos e a elaboração dos conceitos são feitas sob um dado conjunto de referências interconectadas, que configuram os conhecimentos em um determinado período.

Para Guimarães (2014), a designação se dá em um acontecimento enunciativo, ou seja, funciona em um espaço de enunciação, um espaço político de divisão do sensível e distribuição das possibilidades de significação. O político diz respeito à relação de conflito, que se fundamenta pelo silêncio e o significado do “não-dito”.

De acordo com Gutiérrez Rodilla (1998, p. 31), a qualidade mais importante da linguagem científica é a precisão, a qual se relaciona com “la elaboración del mensaje y peligra tanto más cuanto mayor sea la sinonimia, polisemia y homonimia [...]”. É nesse contexto que atentamos ao nome atribuído ao campo de estudo, preocupado essencialmente com o armazenamento, preservação, organização, e disponibilização do documento e da informação. Importante destacar que, se essas são as dimensões essenciais, há outras que também são relevantes, a depender do

enfoque de abordagem, tais como a produção, a apropriação, a circulação, e os efeitos promovidos no contato das pessoas com as fontes de informação.

### 3. Olhares sobre a Informação

Há na literatura um discurso sobre a unidade das áreas que se expressa, por exemplo, pela designação “*library and information science*”, ou a preservação da nomenclatura “documentação” nos cursos presentes na Europa que podem incluir conhecimentos que no Brasil endereçamos à arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação, e ainda a ideia da ciência da informação como uma grande área que compreende a arquivologia, biblioteconomia e museologia.

Não defendo aqui essa tese da unidade, pois nela se encontra também a sobreposição de histórias e perspectivas das diversas áreas/disciplinas. Como sobrepor arquivologia e biblioteconomia, por exemplo, com suas perspectivas distintas sobre o documento, sobre os modos de tratá-los, ou mesmo a forma de compreender a memória compilada por seus objetos de estudo? Como compreender a biblioteconomia e a documentação como mesma disciplina, se o choque provocou disputas institucionais e profissionais entre ambas? Como considerar a ciência da informação uma “evolução” de qualquer uma dessas disciplinas, visto que seus teóricos consideram-na a partir de sua diferença caracterizada sobretudo pelo impacto tecnológico sobre os processos informacionais?

Nesse sentido, ao longo deste texto não se tece um discurso de unidade, embora questione as imprecisões terminológicas nos desígnios das disciplinas. Ao contrário, entendo que é importante o movimento de diversidade teórica e prática entre essas disciplinas que, ao aprofundarem suas particularidades, produzem conhecimentos mais adequados às suas especificidades, o que multiplica as condições de abordagem do documento e da informação, mesmo que de forma sutil.

Pretendo trazer à discussão a compreensão deleuziana de platô, como se desenvolve na próxima seção. Por hora, atento a possibilidade de convergências de aportes teóricos entre algumas das disciplinas referidas. Por conta das limitações de pesquisa, essa discussão é desenvolvida sobre os discursos da biblioteconomia, documentação e ciência da informação. A concepção de platô ou plano deleuziano, não nos leva à epistemologia, como bem pontua o filósofo brasileiro Prado Junior

(2000), mas nos arrasta para outra dimensão, a das relações da filosofia com a sua história, com a pré-filosofia e com a não filosofia. Ou seja, ao pensar o platô que compreende os estudos documentais e informacionais, almejo delimitar uma nova maneira de designar esse campo de estudo, de modo a indicar um ponto incomum entre as diversas disciplinas, o platô documental e informacional, mas ainda respeitando as diferenças de cada uma das mesmas. Desta maneira, debruço-me sobre três disciplinas, a biblioteconomia, a documentação e a ciência da informação. Poderiam ser outras disciplinas associadas à informação, como a arquivologia ou a ciência de dados. Mas por uma questão de operacionalização, optei por essas.

A preocupação sobre os registros de informação emergiu praticamente com o uso mais sistemático de tais registros, seja para fins de erudição ou burocrático, sobre os suportes variáveis ao longo da história, como as tábulas de argila, os pergaminhos, os papiros, os livros, dentre outros. Os conhecimentos relacionados à biblioteca e aos livros são inicialmente restritos à empiria, mas que adquirem maior consistência teórica a partir da elaboração de bibliografias.

Esse saber sobre livros e bibliotecas teve uma primeira bifurcação entre os conhecimentos relativos à descrição e ordenação de registros de documentos (bibliografia) e conhecimentos relativos à “gestão das bibliotecas”. Os saberes relativos à “gestão” de bibliotecas permanecem predominantemente empíricos, sem grande apelo teórico, fundamentos ou princípios, embora já com algumas publicações sobre, por exemplo, a obra de Angelo Decembrio *De politia litteraria*, publicada *post mortem* em 1540 ou a *De bibliothecis* (1603), do filósofo Justo Lípsio. As duas obras abordam a organização geral da biblioteca, tecendo recomendações para uma concepção de biblioteca humanista. De qualquer forma, ainda não há uma sistematização sobre o que viria a ser uma filosofia ou ciência da biblioteca, o que se iniciaria principalmente com o *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627) de Gabriel Naudé (AMORIM; SALES, 2021).

Já a bibliografia adquiriu *corpus* teórico devido sobretudo à invenção da prensa de tipos móveis em 1450. Diversas bibliografias foram elaboradas após tal acontecimento, o que promoveu um saber relativo aos processos descritivos dos livros e a sua sistematização. Burke (2002) aponta para o surgimento sucessivo até o século XVIII de bibliografias específicas, bibliografias nacionais, organizadas por assuntos ou campos de conhecimento, contendo as vezes orientações sobre como formar uma coleção, como selecionar uma obra para ler que, de certa forma, eram guias para o mundo livresco.

Embora distintas, a bibliografia e a “gestão” de bibliotecas tinham um ponto comum crucial à nossa reflexão, a ordenação dos livros, seja na biblioteca ou nas listas bibliográficas, a ponto de o próprio Gesner recomendar que a ordenação empregada em sua bibliografia universal fosse aplicada em bibliotecas. Nesse contexto, embora distintas, a “gestão” de bibliotecas era considerada mais como um ramo da grande área da bibliografia. Contudo, a relação entre esses dois saberes (“bibliográfico” e “administrativo”) dramatiza-se, o que implicará um fortalecimento do discurso em favor da biblioteconomia a partir do século XIX, quando ratifica-se problemas específicos da biblioteca, sobretudo acerca da organização dos catálogos, disposição dos livros nas estantes e do acesso à informação.

A biblioteconomia ganha autonomia a partir do século XIX, tendo como um dos marcos a nova designação “ciência da biblioteca” na obra *Bibliothek-Wissenschaft* (1808) de Martin Schrettinger, quem defendeu uma perspectiva utilitária da biblioteca em favor do acesso rápido e fácil dos livros, destacando a questão dos catálogos (JACKSON, 1971). De acordo com Sabba (2018, p. 222), “Schrettinger colocava o eixo do nascimento da moderna biblioteconomia na união de conhecimentos comuns e empirismo (projeto de regras e experimentação de sua aplicação)” e criticava a erudição como finalidade do trabalho bibliotecário. Na França, Gabriel Peignot propôs uma “ciência do livro” pelo desígnio de bibliologia, com o intuito de pensar uma epistemologia própria às questões do livro sob forte influência da retórica e da filologia. Dessa forma, Peignot dissocia a bibliologia da bibliografia, já que aquela atenta-se não à produção de repertórios, mas aos aspectos teóricos do livro e dos conhecimentos filosóficos, históricos e literários (SALDANHA, 2016).

Ao longo do século XIX, a biblioteca e o livro tiveram sua relevância dilatada pelas melhorias tecnológicas, as quais facilitaram a produção do livro, e pelo aumento na demanda dos livros, em função da urbanização, da formalização da educação e da ampliação dos direitos civis, que condicionavam novos cenários para a leitura. Nessa época são fundadas a Biblioteca do Museu Britânico (1854-1857), a Biblioteca Nacional em Paris (1864-1868) e a Biblioteca do Congresso (1886). Com o crescimento do número de livros nas diversas coleções, o controle e o acesso dos registros exigiram esforços de bibliotecários. Nesse cenário, o catálogo passa a ser a principal preocupação intelectual desses profissionais, tendo como propostas as contribuições de Panizzi, Jewett e Cutter. Mais do que o estabelecimento de uma “ciência”, as contribuições de tais

pensadores estavam na padronização dos processos e produtos da descrição a fim garantir o acesso à informação do e sobre o acervo. A ordenação e o endereçamento de livros também se tornaram problemas centrais, o que resultou em numerosas propostas de classificações bibliográficas neste mesmo século.

Ainda em relação a esse período, devido à conjuntura econômica nos Estados Unidos e na Europa, eram necessários a formação e alfabetização de muitos trabalhadores. Assim, as bibliotecas ocuparam um espaço de democratização da cultura, e os bibliotecários, de educadores. Essa situação justificava a busca por maneiras mais eficientes de organizar e disponibilizar os livros à todos que necessitassem.

Inicialmente, não se diferenciava com clareza a bibliografia da biblioteconomia, mas, a partir do século XIX, a questão do acesso aos livros com a finalidade de incluir-se profissional e civicamente ratificou os estudos relativos aos catálogos e às classificações, que se tornaram vetores do desenvolvimento da biblioteconomia, não apenas prática, mas também saber teórico. Nesse contexto, autores como Butler e Ranganathan procuraram sistematizar o conhecimento da biblioteconomia, centrando-se na relação triádica entre a coleção, os usuários e o conhecimento.

Shera e Egan (1961) apontam que há certa continuidade entre a bibliografia, a biblioteconomia e a documentação. “A documentação tem, portanto, suas raízes na biblioteconomia, e pode-se dizer que teve início em fins do século XV”, quando a bibliografia se difundiu no contexto livresco (SHERA; EGAN, 1961, p. 18). Os autores compreendem a documentação como uma disciplina que nasce da bibliografia, tomando por base as técnicas desenvolvidas na biblioteconomia. A documentação surge inicialmente como resposta às demandas por tratamento informacional específico aos periódicos científicos, que requeriam uma abordagem de assunto específica que não era possível com os instrumentos e técnicas biblioteconômicas da época. As bibliotecas tentaram, em meados do século XIX, organizar os periódicos por assuntos e produzirem índices, iniciando um movimento geral para análise dos assuntos da literatura periódica. Todavia, as bibliotecas, por falta de cooperação e pela inadequação de suas técnicas e instrumentos, abandonaram tal missão relacionada aos periódicos, o que tirou prestígio da profissão bibliotecária bem como prejudicou o crescimento intelectual da biblioteconomia (SHERA; EGAN, 1961).

Em resumo, poder-se-ia dizer que no início a documentação, a biblioteconomia e a custódia dos arquivos eram a única e mesma coisa. Muito cedo, porém, forças sutis começaram a dividir os que se interessavam por essas três atividades em grupos separados, que acabaram por adotar entre si uma atitude de intolerância (SHERA; EGAN, 1961, p. 24-25).

Conforme Shera e Egan (1961), a biblioteconomia voltou seu enfoque para a cultura popular e para a educação, deixando em segundo plano os problemas dos periódicos. Já no início do século XX, foram os documentalistas que enfrentaram esses desafios aprofundando as análises de assunto dos documentos.

A documentação adquiriu nomenclatura e *corpus* próprio a partir das primeiras décadas do século XX, notadamente com as contribuições de Paul Otlet em parceria com Henri La Fontaine. Otlet (2018) criou o conceito de documento para ampliar o “objeto de estudo” da bibliografia e da biblioteconomia que comumente tratava do “livro”. O documento, segundo o belga, definia-se mais por sua “função” que por sua “forma”. A documentação seria o processo que envolve o documento desde sua origem até seu destino: “A Documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor” (OTLET, 1937, n. p).

Otlet (2018) não destaca o papel ou legado da biblioteconomia para a documentação, mas ratifica a relação desta com a bibliografia. Defende, assim, que são necessárias técnicas diferentes da biblioteconomia para tratar a massa incoerente de documentos. Nesse ensejo que Otlet funda instituições, desenvolve novas técnicas e ferramentas e funda um novo espaço epistemológico.

A documentação propiciou a padronização de fichas catalográficas, permitiu uma análise de assunto mais aprofundada a partir da criação da Classificação Decimal Universal e viabilizou um incremento no estabelecimento de remissivas de assunto. É válido destacar que o ideário otletiano estava alinhado ao positivismo, o que o fundamentou no desenvolvimento de métodos e nas delimitações epistemológicas descritas pelo autor em seu *Traité de Documentation* (1934).

Ortega (2004) afirma que o termo “documentação” é amplamente utilizado na Europa continental e, por vezes, se confunde com a noção de ciência da informação. Para a autora,

um dos fatores que explica a criação da noção de Ciência da Informação paralelamente à de Documentação foi o surgimento dos bancos de dados: enquanto a Documentação fornecia referências de documentos a serem consultados, os bancos de dados ofereciam informações propriamente, além de cálculos complexos a partir das mesmas” (Enciclopédia Mirador Internacional, 1994, p. 6115 *apud* ORTEGA, 2004).

Ainda, Ortega (2004) aponta que “a história da Ciência da Informação apresenta menos dados factuais, mas muita discussão sobre sua mal resolvida identidade e controvertida constituição como área de conhecimento”. Araújo (2014) destacou quatro fatores principais que condicionaram o surgimento da ciência da informação: a) A dissociação entre bibliografia e biblioteconomia e documentação; b) A institucionalização da noção de “informação” nos currículos, planos e designações das organizações da área; c) A demanda por produtos documentários (índices e resumos) mais especializados; e, d) O desenvolvimento tecnológico que permitiu a separação da informação de seu suporte analógico, o que levou a pesquisa sobre a recuperação automática da informação.

De acordo com Borko (1968), a ciência da informação lida com a

origination, collection, organization, storage, retrieval, interpretation, transmission, transformation, and utilization of information. This includes the investigation of information representations in both natural and artificial systems, the use of codes for efficient message transmission, and the study of information processing devices and techniques such as computers and their programming systems. (BORKO, 1968, p. 3).

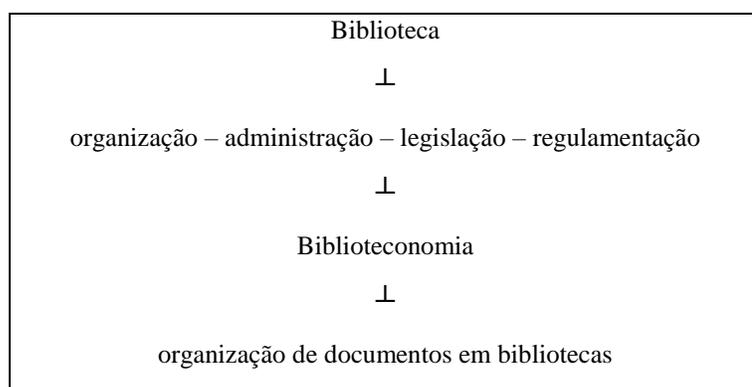
Constata-se que a ciência da informação se atenta às propriedades e aos comportamentos da informação, às forças que as constroem e às técnicas que as processam, e permitem sua armazenagem, recuperação e disseminação (BORKO, 1968). Para Araújo (2014), há na ciência da informação uma crítica às disciplinas que abordam os documentos e a informação sob uma lógica custodial, crítica também feita por bibliógrafos e documentalistas aos bibliotecários; contudo, tal crítica não foi suficiente para separar a área pelo seu anseio positivista, o que só veio acontecer no final do século XX (CAPURRO, 2003), quando os estudos informacionais passam a dialogar com a teoria crítica e a tecer abordagens historicistas.

#### 4. Definições de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação

Após essa breve contextualização histórica, partirei para a definição de cada um dos termos de acordo com o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* de Cunha e Cavalcante (2008), a fim de averiguar o domínio semântico de determinação (DSD), conforme Guimarães (2014; 2019).

Biblioteconomia é: “1. Parte da bibliologia que trata das atividades relativas à organização, administração, legislação e regulamentação das bibliotecas. 2. Conhecimento e prática da organização de documentos em bibliotecas, tendo por finalidade sua utilização. [...]” (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 55). Há outras definições e especificações no dicionário vinculados ao termo, mas nenhuma que contemple a dimensão explorada neste artigo, a da biblioteconomia enquanto produtora de saber. Dessa maneira, o DSD pode ser expresso da seguinte maneira:

Quadro 1 – DSD do conceito de Biblioteconomia



Elaborado pelo autor (2021)

Percebe-se uma estrutura subjacente à noção de “biblioteca”. A “biblioteca” delimita as práticas “organização – administração – legislação – regulamentação” que, por sua vez, constituem a noção de “Biblioteconomia”. Esta, embora determinada pelas práticas citadas, define a “organização de documentos em bibliotecas”. O que se nota, em tal definição, é a circunscrição do sentido de “Biblioteconomia” ao fazer na “biblioteca”. Embora essa definição seja coerente com o relato histórico retomado neste artigo, há que se contestar alguns fatores.

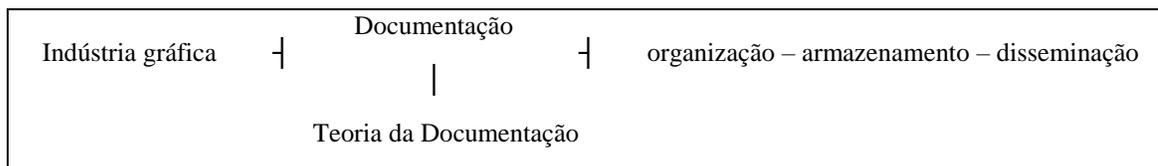
A biblioteconomia não é caracterizada como ciência, embora tenha uma “teoria” e uma “prática”. Talvez esse entendimento se estabeleça por não identificar as formas de produção de conhecimento da biblioteconomia com a definição mais clássica de ciência, calcada sobretudo em uma perspectiva próxima dos ideais de ciências naturais. Essa compreensão de ciência não

contempla a biblioteconomia, de fato, mas tampouco a maior parte das ciências humanas e sociais, sobretudo os estudos calcados em epistemologias mais contemporâneas, afastadas do velho Positivismo.

A restrição da “Biblioteconomia” à “biblioteca” é contestável, não apenas pelos cursos de graduação espalhados em diversas partes do mundo, mas sobretudo no Brasil, que visa formar bibliotecários para atuar em diversos espaços de trabalho, não só na biblioteca. A própria consolidação das noções de *library science* ou da *bibliotecologia* evidencia como a biblioteconomia refere-se a um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos elaborados rigorosamente e com intento de incluir uma garantia de validação inerente às produções científicas.

A segunda disciplina a ter sua designação estudada é a documentação, a qual é definida como: “1.1 Processo que consiste na criação, coleta, organização, armazenamento e disseminação de documentos ou informações. 1.2 A teoria da documentação surgiu a partir de 1870, em decorrência do desenvolvimento da indústria gráfica. [...]” (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 131). Há outras definições no dicionário que fogem aos objetivos deste estudo. Segue o DSD do conceito de documentação.

Quadro 2 – DSD do conceito de Documentação



Elaborado pelo autor (2021)

A documentação é vista como processo vinculado ao documento ou à informação e, ademais, destaca-se a “Teoria da Documentação”, que é considerado um evento histórico e, por isso, datado. Diferente da definição de biblioteconomia, surge aqui o objeto “informação” e não há circunscrição dos domínios da documentação, ou seja, pode-se supor que a documentação pode ser realizada em diversos locais nos quais haja documentos e/ou informações.

Não há uma explicação se a “documentação” é uma ciência, ou não. No caso da biblioteconomia, a definição apontou que esta contém um conjunto de “conhecimento” e “prática”. Já na documentação, ela tem uma “teoria” própria. O termo teoria diz respeito ao conjunto de ideias formuladas inicialmente por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Isso indica que à documentação é

atribuído algum grau de cientificidade, contudo, tal conclusão resulta de uma interpretação da noção de “teoria”, já que a definição não diz mais sobre esse aspecto. Entretanto, é curioso que a documentação seja pontuada primeiramente como processo e, somente no momento seguinte, é referida uma “teoria”. O dicionário optou por dizer que ela tem uma teoria do século XIX, e não que “a Documentação é ou foi o campo de conhecimento teórico e prático...”.

Há no dicionário a suposição de que a documentação não existe mais, o que condiz com as nomenclaturas das graduações e pós-graduações brasileiras, mas não com a realidade internacional, sobretudo europeia. Nesse sentido, há implícita a ideia que é corrente em parte da literatura, a que afirma a ciência da informação como a renovação da documentação.

De acordo com Cunha e Cavalcante (2008), a ciência da informação é: “2. Ciência que trata da criação, gerência e utilização dos registros do conhecimento. 3. Estudo das propriedades, estrutura e transmissão da informação, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos para a organização adequada dos dados e da disseminação da informação” (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 81). O verbete apresenta outras definições, porém todas elas são excertos de textos consagrados, como Borko (1968), e por isso, não foram incluídas nesta pesquisa. No Quadro 3 está o DSD relativo à ciência da informação.

Quadro 3 – DSD do conceito de Ciência da Informação

Ciência da Informação	┌	Criação – gerência – utilização	┌	registros do conhecimento
	┌	propriedades – estrutura – transmissão	┌	informação
	┌	desenvolvimento – aperfeiçoamento	┌	organização dos dados
			┌	disseminação da informação

Elaborado pelo autor (2021)

Diferente da documentação e da biblioteconomia, a ciência da informação é apresentada como “ciência”, a qual determina os processos variados que são empregados sobre “registros do conhecimento”, “informação” e “dados”. Mesmo sem caracterizá-los como “ciência”, poderíamos afirmar sem erro que a biblioteconomia e a documentação realizam os mesmos processos sobre os mesmos objetos. Mas o dicionário selecionou os termos da definição de “Ciência da Informação” a fim de trazer um sentido de contemporaneidade e cientificidade.

Além disso, não é considerado qual tipo de cientificidade que a ciência da informação manifesta. Isso é relevante porque é possível que ela não exprima uma cientificidade tão distante daquela usualmente revelada na literatura compreendida na biblioteconomia e na documentação.

A intenção de passar pelas definições de cada uma das três disciplinas selecionadas previamente, não foi buscar uma melhoria dessas. Ao contrário, a ideia foi mostrar como as definições não diferenciam perfeitamente às três disciplinas, embora cada uma delas apresente teorias, histórias, paradigmas e práticas próprias. Em nossa perspectiva, isso se deve ao fato de que essas compartilham o mesmo problema, o que chamamos de “problema informacional”. Para nós, cada disciplina se apropria por um viés próprio do mesmo problema, atualizando-o em um espaço-tempo.

## 5. O Problema da Informação

Antes de apontarmos o que é o problema informacional, foquemos sobre a noção de problema. De acordo com Bianchi (2003), um problema é mais que uma expressão de uma dúvida científica, é um conteúdo sob uma forma específica que o torne capaz de orientar a investigação científica para o desenvolvimento de uma resposta que amplie os conhecimentos sobre o tópico em questão. Por isso, nem toda questão interessante é um problema científico. Assim, Bianchi (2003, p. 83-84) destaca que “Antes de definir um problema de pesquisa é preciso ter acesso aos dados previamente recolhidos necessários para tal, bem como conhecimento sobre os trabalhos de pesquisa sobre o mesmo tópico que nos antecederam”.

De acordo com Salomon (2006), o problema nasce a partir de dois movimentos, o da *indagação espontânea* e o da *reação controlada e reflexiva* sobre as sensações. O choque com o desconhecido causa surpresa e espanto, promovendo a interrogação do “o que é isto?”. Em seguida, numa primeira aproximação com o desencadeador da indagação, busca-se um interrogativo mais preciso para a situação, que abrirá um possível caminho para se relacionar com essa novidade ainda não decifrada. Nesse sentido, o ato de problematizar uma situação é a concepção de uma dada realidade como desafio, como de fato um problema, “e saber de que desafio se trata para poder enfrentá-lo, ou seja, qual a natureza, o tipo de pesquisa, o tipo de problema para poder solucioná-lo” (SALOMON, 2006, p. 9).

Essa percepção sobre o problema científico encontrada em Bianchi (2003) e Solomon (2006) se enquadra no que Deleuze (1988) denomina de modelo de reconhecimento. Para Deleuze, nessa abordagem, o problema traz sempre uma resposta possível em si mesmo. Tal é a força disso que os próprios manuais de métodos e técnicas de pesquisa apontam que o problema deve ser formulado de modo a indicar o direcionamento do processo de pesquisa, sugerindo uma inversão da práxis da investigação científica. Contudo, o pensador francês destaca que o problema é extra-proposicional, isto é, há uma instância do problema que escapa ao modelo de reconhecimento e que se manifesta virtualmente.

Se nos manuais de pesquisa científica o problema condiciona as soluções e confere sentido, para Deleuze (1988), problema e proposições são instâncias de naturezas distintas. Por isso, sob uma perspectiva filosófica, nenhum problema é passível de solução, dado que ele resiste e insiste sobre as proposições colocadas como respostas.

Nesse sentido, o filósofo propõe a distinção entre “problema” e “questão”<sup>1</sup>. A ciência moderna tende a tomar a questão como problema, os manuais de pesquisa falam de “questão de pesquisa”. Entretanto, Deleuze (1988) explica que o problema tem uma teoria ontológica própria, e implica um percurso intelectual específico, com três momentos distintos:

- a) o problema não supõe uma resposta, ao contrário, ele silencia as soluções possíveis a fim de buscar uma solução completa, universal;
- b) o problema em suspensão coloca em xeque o questionador e o questionado e, assim, a própria questão;
- c) como efeito, é revelado o Ser-problema, que não se deixa reduzir ao questionado ou ao questionador, “mas os une na articulação de sua própria Diferença” (DELEUZE, 1988, p. 187), promovendo assim o devir filosófico e científico.

---

<sup>1</sup> Essa diferenciação entre “problema” e “questão” surge em partes específicas de *Diferença e Repetição*. Deleuze (1988) não apresenta uma rigorosidade nas definições de seus conceitos, por isso a noção de “problema” expressa na obra nem sempre é utilizada sob a dicotomia problema-questão.

Entendido assim, o problema contém sempre uma face virtual e, em toda solução, age um fator indeterminado, que atualiza as questões de pesquisa, e movimenta a própria produção de conhecimento. O problema atualiza-se em campos específicos, por meio da formulação de questões-soluções, contudo não estabelece com as respostas uma relação de semelhança, mas uma insistência desestabilizadora e constante.

Nesse sentido, a face virtual do problema é indissolúvel, pois sua natureza não implica na resposta exata, mas na diferença, na variação do próprio problema. Por isso, quanto ao pensamento, mais interessa o problema virtual que as questões de pesquisa. O problema permanece, insiste, e não pode ser resolvido, mas apenas agenciado, articulado, na condição de impulsionar a criação do novo, que nunca é prevista. O problema implica um silenciamento de resposta, o apagamento do sujeito e a manifestação de seu próprio ser (DELEUZE, 1988).

Dessa forma, o problema da informação varia na história, assim como o problema da química, da sociologia, da economia etc. Essa variação muda o enfoque, os elementos mobilizados, os interesses vinculados. Por conta disso, não entendo que haja platôs distintos para os problemas de informação abordados por cada uma das disciplinas: bibliografia, biblioteconomia, documentação e ciência da informação. Podemos também acrescentar outras áreas, como a arquivologia, a museologia, a organização do conhecimento e a ciência de dados. Isso não significa que tais áreas são únicas. Esse reducionismo é prejudicial porque parte da premissa da uniformização de enunciados que atualmente tendem a se afastarem, tornarem-se cada vez mais específicos.

Feita essa ressalva, que concerne ao problema informacional, a questão da designação da área perde relevância, pois tal ato é apenas uma forma de reunir variáveis e estabilizá-las, e sem uma correlação direta: não importa a origem dos termos, a composição ou derivação da palavra etc. Mais importante é a busca pela compreensão do problema informacional, seja sob sua face atual ou a virtual, nas palavras de Deleuze (1988).

Para um problema ser trabalhado, é necessário um plano, um platô. Assim, podemos nos referir ao plano informacional, ou mesmo uma área do saber que pretendem usar como plano para operar o problema informacional, o que chamamos de *Área de Informação*.

Uma Área de Informação, empenhada nos problemas informacionais. Dessa maneira, nos direcionamos à concepção de pensamento científico descrita por Deleuze e Guattari (2010). Os filósofos definem que o processo de pensamento se constitui a partir de problemas, tratados sobre platôs que objetivam gerar referências entre elementos e, conseqüentemente, conceber sistemas autorreferenciados. Assim, uma ciência desenvolve não só um conteúdo sobre um objeto, mas também as possibilidades de conhecimento compreendidas nas epistemologias específicas, além de uma dinâmica própria de transitar entre o atual e o virtual que viabiliza a criação científica.

## 6. A Área de Informação

A biblioteconomia, a bibliografia, a bibliologia, a documentação, a ciência da informação, a organização do conhecimento e a ciência de dados tratam de problemas informacionais a fim de propor soluções racionais e práticas que tenham uma validade científica e/ou funcional. Nesse contexto, tensões epistemológicas, conceituais, históricas e práticas se estabeleceram nas fronteiras desses campos, que passam a disputar um lócus de representatividade e poder, sobretudo em nível discursivo. Esse processo implica na distribuição de capital científico no campo epistêmico dos problemas informacionais.

Em 2016, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão responsável pela regulamentação da pesquisa no Brasil mediante a gerência dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, atribuiu uma nova nomenclatura à área que abarca os problemas informacionais, em sua Tabela de Áreas de Conhecimento. Esse instrumento objetiva ser um parâmetro de organização para que as instituições de pesquisa possam se orientar e prestar contas (CAPES, 2014). Constituída por 4 níveis hierárquicos (grande área> área do conhecimento> subárea> especialidade), a grande área que abarca a pesquisa sobre os problemas informacionais deixou de ser chamada de “Ciências Sociais Aplicada I” para tornar-se “Comunicação e Informação”.

De acordo com o relatório de avaliação 2013-2016, quadrienal 2017,

A área de Comunicação e Informação (31) é constituída pelas seguintes áreas básicas: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, com programas de Pós-Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Jornalismo e Museologia. São as mesmas áreas básicas anteriormente reunidas nas Ciências Sociais Aplicadas I. Em 2016, a CAPES aprovou a alteração do nome, reconhecendo que a designação pregressa – uma vez que não havia área de Ciências Sociais Aplicadas 2 – era imprecisa e vinha sendo responsável por enganos frequentes no encaminhamento pela comunidade de APCNs e pedidos de auxílio de modo geral, acarretando atrasos e, eventualmente, prejuízo aos interessados. A atual designação – proposta a partir de consulta aos Coordenadores de Programas e aprovada pela CAPES – colabora para uma melhor apreciação da área no que tem de específico, bem como compreende adequadamente a diversidade dos programas que a integram. (CAPES, 2016, p. 2).

O motivo para alteração da nomenclatura é funcional, mas também indica posições políticas da área e de suas comunidades de pesquisa. De qualquer modo, a partir dessa mudança na nomenclatura, a conjunção “e” é utilizada para ligar duas faces de um grande campo, a Comunicação e a Informação. Notadamente, os problemas de comunicação são distintos dos de informação. Na segunda metade do século XX, diversos pesquisadores buscaram compreender o espaço epistemológico da ciência da informação, como o faz Mostafa (1996, p. 3) a partir do problema científico:

A ciência da informação se constituiu como disciplina no espaço do meio entre a biblioteconomia e as comunicações. A área de comunicações nunca se propôs a trabalhar a comunicação científica no interior da produção científica; ela sempre visou a comunicação científica nos meios de massa; a área de comunicações trabalha com as notícias de ciência nos jornais e na tevê, por exemplo. Mas nunca foi sua preocupação entender a produção científica enquanto uma rede de citações. Isso fez a ciência da informação. Das comunicações a ciência da informação absorveu a questão mesma do processo de comunicação; entendeu já no início que a informação flui por um processo de comunicação, concentrando-se no processo de comunicação na ciência. Como este processo passa por canais, a ciência da informação passou a ser a ciência destes canais. A ciência da informação é por isto quase uma ciência das revistas científicas. (MOSTAFA, 1996, p. 3)

Embora a questão de comunicação da informação científica seja de fato um problema da ciência da informação, o escopo de interesse da comunidade que lida cientificamente com os problemas informacionais extrapola essa dimensão apontada por Mostafa na década de 1990.

A Área de Informação lida com o problema de informação, que pode se atualizar por meio da questão (DELEUZE, 1988) em campos disciplinares como a biblioteconomia, a bibliografia, a bibliologia, a documentação, a ciência da informação, a organização do conhecimento, a arquivologia, a museologia e a ciência de dados.

Há diversas possibilidades de abordagem da informação. Uma perspectiva linguística dirá que a informação é o menor sinal linguístico dotado de sentido. Na computação, a informação

representa um conjunto entre o dado e o conhecimento e, por ser a detentora de significado, é uma etapa do processo de inteligência. No âmbito antropológico, a informação é o *cru*, aquilo que ainda não foi trabalhado, que se estabelece na dialética com o conhecimento, o *cozido*. Na política, informação é uma palavra de ordem, um comando. Na comunicação, o elemento básico da troca. Na cibernética, um índice de imprevisibilidade. Na filosofia, o ato de dar forma às ideias através da apreensão dos sentidos. A semântica do termo varia.

Um caminho interessante para pensar o problema da Área de Informação ocorre na obra de Flusser (2010), numa reflexão sobre a escrita. Isso porque, uma das vias para problematizar a informação na Área de Informação é tomando-a por sua unidade de registro, tal como sugerido por Buckland (1991). Um registro é criado pela incisão de um signo sobre uma superfície material. O registro nasce de uma inscrição.

A palavra “escrita” em grego é *grapheim*, e significa “gravar”, em latim; *scribere*, é “riscar”. As duas apontam para a incisão sobre um objeto. Na antiga Mesopotâmia, a incisão era feita sobre placas de barro, que necessitavam ser informadas e, posteriormente, queimadas (FLUSSER, 2010). Informar para delimitar, instituir. Queimar para preservar, resistir.

“Informar” é um gesto contra uma coisa, um objeto, realizado por um sujeito. A inscrição dos signos é a realização do espírito sobre a resistência da matéria. “Inscrever” é um gesto informacional sobre um objeto que precisa ser vencido, fendido. Originalmente, a noção de *informar* referia-se ao ato de gravar formas em algo, tal como nasce a escrita cuneiforme, contudo, desenvolveu novas acepções. O ato de informar remete ao ato de delimitar, ordenar uma matéria. Para Flusser (2010, p. 28), “‘Informação’ é a imagem refletida da ‘entropia’ [...], pode-se dizer do gesto de informar que o objetivo de um sujeito se expressa ao negar a tendência objetiva para a entropia”.

Nesse sentido, informar é lutar contra as forças do caos, da desordem do mundo físico, que tende a tornar as inscrições indiscerníveis, pois a força da natureza é mais potente que o desejo do homem. A informação tende a decomposição, e por conta disso, além de “informar” (conferir forma), é necessário o calor, “queimar” o barro, o suporte da inscrição. A queima das placas de barro serve ao endurecimento da memória. Nessa busca pela resistência ao tempo, a queima do barro atualizou-se nas cópias manuscritas, nas impressões, nas memórias automáticas e nas

tecnologias de dados e de inteligência. O desejo da imortalidade humana se exprime na “produção de informação, difusão e armazenagem duradoura” (FLUSSER, 2010, p. 29).

O problema da Área de Informação se encontra polarizado. Surgem num primeiro momento nesse liame entre o suporte e a sua inscrição, entre as placas de argila e as ferramentas de estilo, entre a superfície animal ou vegetal e o pincel ou a tinta, entre a tela e a tecla. Ainda, pode-se tratar das outras possibilidades de registro, o sonoro, o visual, o artístico, o burocrático, o objeto aurático recontextualizado sob a perspectiva de patrimônio. Há de certo uma continuidade entre essa dualidade e os problemas contemporâneos de informação.

Em distintos tempos-espacos, o problema da produção, armazenamento, organização, acesso e apropriação da informação transforma-se. Talvez, a forma como vivemos atualmente o problema na Área de Informação tenha sido visualizada por Ortega y Gasset (2006), que definiu a missão do bibliotecário como aquela de possibilitar ao leitor encontrar o livro (a informação) adequado diante de um oceano de livros (informações) não desejados. O desafio talvez seja informar o leitor, dar forma à sede apresentada por aquele que busca registros de informação por algum interesse prático ou estético. O problema informacional contemporâneo é centrado no sujeito que age na medida em que se informa. Assim, há de certa forma uma inversão na tensão sujeito que inscreve no barro. Nesse sentido, o segundo polo, aquele do suporte informacional, contemporaneamente, é reconstituído na tensão que se dá entre o registro e o leitor, justamente na inscrição que um documento faz sobre um sujeito de barro.

A noção de informação, em seu sentido clássico, diz respeito à conferência de forma àquilo que é informe, possibilitando o ato de conhecer (matéria informada) o que era desconhecido (o informe). Esse movimento de ir ao desconhecido e construir sentido é encontrado na filosofia do virtual de Deleuze e Guattari (2010). Em paralelo, chamamos o virtual de informe. O “in” sugere elementos sem formas, elementos intensivos. É do informe que são geradas as informações, as novidades, as invocações, as diferenças

Essa abordagem, que se estabelece não sobre uma ideia de informação, mas sobre um problema informacional, que nasce no virtual e se atualiza, viabiliza conceitualmente a adoção do termo “Área de Informação”. Essa perspectiva se justifica pela necessidade de pensar os movimentos e os processos na área que não respeitam as fronteiras disciplinares impostas, ou que são mais fortes que as categorias disciplinares e terminológicas. Os problemas informacionais

transcendem ao longo da história do Ocidente as divisões entre as disciplinas biblioteconomia, documentação, organização do conhecimento, ciência da informação, dentre outras.

A Área de Informação lida com aspectos físicos do documento, com aspectos conceituais e de assunto, com aspectos pragmáticos de seu uso e, por fim, como os aspectos intensivos (virtuais) dos documentos. Ainda, em busca de subsídios e aportes, a Área de Informação dialoga com outras áreas, como a filosofia, a história, as ciências sociais, as tecnologias, as ciências cognitivas, dentre outras.

Essa concepção da área se pauta na noção deleuziana de problema (DELEUZE, 1988), e a relação desta noção com a de ciência (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Assim, a Área de Informação é a intermediação entre o Caos, o problema-virtual, e sua atualização no plano referencial (o platô científico) da bibliografia, documentação, biblioteconomia, bibliotecologia, arquivologia, museologia, organização do conhecimento, da ciência da informação.

Isso ocorre porque, segundo Deleuze e Guattari (2010), não é possível acessar o Caos diretamente. É preciso um plano que seccione o Caos, e permita o resgate das intensidades caóticas dispersas virtualmente para um plano que seja operável. Diferentemente de filosofia e da arte, a operação científica requer referências, relações entre os diferentes elementos que os dê consistência, que evidenciem abordagens que prezam por padrões, medidas e categorias. Nesse sentido, o platô da Área de Informação é o fundamento do problema informacional, que permite pensá-lo, seja pelo prisma da biblioteconomia, da documentação, da ciência da informação ou das outras disciplinas.

## Referências

AMORIM, Igor Soares; MOSTAFA, Solange Puntel. O plano de imanência da área de informação e a máquina de guerra. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 28, n. 2, 2018.

AMORIM, Igor Soares; SALES, Rodrigo. Tensões epistemológicas na Bibliografia e na Documentação: os diferentes olhares de Otlet e Ranganathan. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 12, n. 2, p. 4-31, 2021.

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BIANCHI, Alvaro. Temas e problemas nos projetos de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.7, n. 13/14, p. 75-91, 2003.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 81-118, 1998.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 35-37, abr./jun. 2006.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

CAPES. **Relatório de avaliação 2013-2016**: quadrienal 2017. 2016. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/RELATORIO\\_QUADRIENAL\\_COMUNICACAO.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/RELATORIO_QUADRIENAL_COMUNICACAO.pdf). Acesso em: 29 jan. 2018.

CAPES. **Tabela de áreas de conhecimento/avaliação**. 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em 16 nov. 2019.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais [...]** Belo Horizonte, MG: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CUNHA, M.B.; CAVALCANTI, C.R. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

FLUSSER, V. **A escrita: há futuro para a escrita?** São Paulo: Annablume, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e acontecimento. **Traços de linguagem**: revista de estudos linguísticos, Cáceres, v. 3, n. 2, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 40, p. 49-68, 2014.

GUTIÉRREZ RODILLA, B. M. **La ciencia empieza en la palabra**: análisis e historia del lenguaje científico. Barcelona: Península, 1998.

JACKSON, Sidney L. Pioneer librarianship thinking in the early nineteenth century: Schrettinger, Ebert and Molbech. **International Library Review**, v. 3, n. 1, p. 67-76, 1971.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da informação: uma ciência, uma revista. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 1-16, out. 2004.

OTLET, P. Documentos e documentação. In: **Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal**. Paris, 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.htm>. Acesso em: 01 ago. 2020.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 2018.

PRADO JUNIOR, B. A ideia de 'plano de imanência'. In: ALLIEZ, Éric (org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: 34, 2000.

SABBA, Fiammetta. Ebert versus Schrettinger, da lógica cultural (bibliografia) à lógica bibliotecária (biblioteconomia)? **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 203-231, 2018.

SALDANHA, Gustavo Silva. A grande bibliologia: notas epistemológico-históricas sobre a ciência da organização dos saberes. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 195-207, 2016.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da Biblioteconomia e Documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, 1977.

SOLOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza: pensar, pesquisar e criar**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Artigo submetido em: 02 jul. 2021

Artigo aceito em: 14 mar. 2022